

Racismo estrutural do Brasil: eugenia e higienização governamental e as narrativas racistas na sociedade civil

Structural Racism in Brazil: governmental eugenics and hygienism and racist narratives in civil society

 Samuel Cesar Machado *
Adeir Ferreira Alves **

Recebido em: 17 jan. 2021
Aprovado em: 23 maio 2023

Resumo: Quando o assunto em pauta é racismo estrutural atribui-se muito ao histórico da escravidão negra responsabilidades fundantes deste modelo de violência contra a negritude no Brasil. Quando os debatedores do senso comum avançam um pouco mais na discussão fala-se de alguns opressores (senhores-de-engenho e bandeirantes) como sendo os responsáveis diretos pelo escravismo. Com efeito, não existindo mais tais opressores, passa-se a ideia de que no presente tais crimes não mais operam e nem acarretam severas consequências. Neste artigo apresentamos dois pilares principais do racismo estrutural: o primeiro é o discurso do senso comum - buscamos compreender filosoficamente como a sociedade civil constrói sua narrativa e como prolifera o racismo cultural; e o segundo pilar é a junção da eugenia com a higienização no Brasil - sobre o qual fazemos um levantamento histórico-bibliográfico para compreendermos de que modo o racismo estrutural foi politicamente arquitetado e executado pelo Estado - através do próprio Poder Público, da educação, da ciência e da medicina. Por meio deste artigo objetivamos qualificar as discussões sobre o racismo estrutural, especialmente no que diz respeito às políticas públicas afirmativas como reparação das graves violências contra os negros e negras no passado e no presente, bem como garantir direitos para negros e negras no futuro.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Eugenia. Higienismo. Narrativas.

Abstract: When the matter at hand is structural racism, black slavery history is assigned as the founding responsible for such way of violence against blackness in Brazil. When common sense debaters advance a bit further into the discussion, they speak of some oppressors (plantation owners and *bandeirantes*) as those directly responsible for the slavery. That being said, as such oppressors do not exist anymore, the idea currently conveyed is that such crimes and their severe consequences are no longer in place. In the present article, we present two main pillars for structural racism: the first is the common sense speech - through which we attempted to philosophically understand how civil society builds its narrative and how it disseminates cultural racism; the second pillar is the conjunction of eugenics and hygienism in Brazil - for which we conducted a historical and bibliographical search in order to understand how structural racism was politically planned and executed by the State - through Public Power, Education, Science and Medicine. In this article, we aim at qualifying the discussions on structural racism, especially when it comes to affirmative public policies as reparation of such terrible violence against black people in the past and in the present, as well as secure rights to black men and women in the future.

Keywords: Structural racism. Eugenics. Hygienism. Narratives.

* Samuel Cesar Machado é mestrando em Educação em Ciências PPGEduc/UnB; graduado em Ciências Biológicas (Universidade Federal de Goiás); especialista em Psicologia dos Processos Educativos (Universidade Federal de Goiás). Professor de Ciências Naturais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: samuelcmachado@gmail.com

** Adeir Ferreira Alves é doutorando em Metafísica (UnB); mestre em Direitos Humanos e Cidadania (UnB); especialista em Filosofia Existencial (UCB); especialista em Multiletramentos (Univ. Gama Filho). Psicopedagogo Clínico e Institucional (Fac. Jesus Maria e José), bacharel e licenciado em Filosofia (Instituto Santo Tomás de Aquino). Pesquisador do Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História, Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero-GEPPHERG-FE/UnB e membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro-NEAB/UnB. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: adeir.liceu@gmail.com

Considerações iniciais

Este estudo inicialmente teve origem nas pesquisas realizadas por um dos autores no curso de especialização em Psicologia dos Processos Educativos da FE/UFG. A posteriori, juntamente com a perspectiva filosófica, ampliou-se com o segundo autor o diálogo com a questão racial. Especificamente sobre a pauta racial o presente artigo focou na atuação do Estado e da “sociedade civil” no que diz respeito aos projetos de branqueamento racial e de higienização no Brasil. Porém, feito estes recortes, não desconsideramos a literatura afrodiáspórica e africana e o primoroso trabalho de luta e da resistência dos movimentos negros – instituídos desde os quilombos.

O racismo no Brasil possui uma estrutura hegemônica, histórica, institucional, cultural, política, e obviamente racial, cujos efeitos são de manutenção de privilégios para grupos dominantes e de múltiplas vulnerabilidades para os segmentos “outrificados” (ALMEIDA, 2021; BENTO, 2022; THEODORO, 2022; CARNEIRO, 2005). Nesse estudo daremos ênfase nas narrativas hegemônicas para compreendermos como se dá a promoção do racismo, que faz com que a educação, a cultura, a sociedade, em geral, seja um vetor de reprodução de ideologias alienantes no contexto de desigualdades que afeta justamente a população negra.

Pensamos como chave de leitura sobre o racismo estrutural – derivado do escravismo negro e do servilismo indígena – aquele historicamente fundado no eugenismo e na higienização, reinventados e lastreados na educação. Por essas razões nossas reflexões focam narrativas de dominação como sustentação e reinvenção do antigo racismo.

As narrativas hegemônicas, ou seja, aquelas que representam interesses de grupos dominantes, estão longe de ser franco e democrático debate de livres opiniões de ideias, mas sim, a reprodução do velho racismo. O antigo eugenismo e antiga higienização parece ter sido abandonadas como procedimentos racistas, mas o que verificamos é que as narrativas do presente são continuidades de tais princípios que instauram e aumentam as desigualdades (sociais, raciais, de gênero, epistêmicas).

Observamos que, nas aulas das disciplinas do Ensino Médio das escolas públicas periféricas do Distrito Federal, quando estamos em rodas de debates acerca das políticas afirmativas, muitos participantes da comunidade escolar em geral centram suas falas numa perspectiva subjetivista, em que predomina na estrutura do discurso diversas opiniões que acabam recaindo sobre a apreciação do mérito das cotas raciais, gravitando sempre na máxima indagativa: – você concorda ou discorda das cotas raciais?

Infelizmente o *modus operandi* de narrativas

construídas para exposição de opiniões não é exclusivo de estudantes secundaristas, sendo boa parte desse grupo pessoas pretas e pardas. Mesmo evocando argumentos formalmente válidos e referências fundamentais sobre o assunto em pauta, seja para defesa ou ataque, os debatedores empenham seus esforços priorizando o *status quo* da esfera ideológica em que são doutrinados (ALVES, 2022). Deste modo, parafraseando Alves, os vínculos afetivos, seu corporativismo, seus interesses pessoais, a fé, as crenças e os valores são todos fatores condicionantes para o discurso pré-estruturado em doutrinas e em paradigmas que também estão em disputa, de modo que, a arte de debater se tornou palco de emissão de juízos com base em valores dogmáticos.

Diferentemente do bom senso democrático que permite a livre expressão de pensamentos, a frugalidade das falas produz um processo de massificação ideológica, pois não diz respeito necessariamente a um tratamento coletivo em prol da verdade, da justiça, da igualdade, mas sim da imposição forçada de interesses pessoais e/ou coletivos compartilhados em segmentos sociais com base em princípios morais, doutrinários, religiosos, supremacistas, políticos etc. (ALVES, 2022).

Preservadas as exceções, e considerando as ambiguidades, os múltiplos contextos e os paradoxos, as individualidades, as ipseidades e as singularidades de cada pessoa são alienadas por doutrinas, correntes, partidos, grupos, instituições, pensamentos hegemônicos (ALVES, 2022). Emancipar-se dessas teias de dominação na contemporaneidade é urgente para a manutenção do existir humano. Desafios ainda maiores se apresentam quando nos referimos aos instrumentos desenvolvidos na área da tecnologia e da informação em que o maior ato de liberdade humana parece se reduzir às escolhas funcionais na ação de ligar ou desligar um aparelho eletrônico ou de mudar de canal de televisão, ou de ver ou deixar de ver certo conteúdo. As redes sociais, embora reúnam também diversos aspectos positivos – dentre eles a narrativa mais democrática e participativa das pessoas frente às corporações midiáticas – infelizmente respondem por uma boa parte desta seara hedonista, onde as preferências com base no gosto, pensadas com o estômago, com o fígado, com as vísceras e com o coração se sobrepõem ao crivo racional (ALVES, 2022).

O epistemicídio, como um dispositivo de racialidade, é então mais uma forma violenta de apagamento das histórias, das identidades, das memórias e dos saberes dos grupos não-hegemônicos (minorias sociais).

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005, p.96).

Por causa desta abundante condição conservadora, o colonialismo europeu se renova através de outros dispositivos de dominação (imperialismo, fascismo, neoliberalismo, supremacismo, por exemplo) e por meio de outras instituições, especialmente religiosas. As teias de dominação colonialista prometem se perpetuar no Brasil, inclusive através da submissão cultural, epistêmica, econômica, científica e religiosa aos países economicamente desenvolvidos. Por essas razões, grupos reacionários disputam a privatização e a usurpação do Poder Público e das instituições públicas, em especial as escolas, porque se trata de um projeto de poder hegemônico e ideológico (ALVES, 2022) e não necessariamente religioso de fato (DIP, 2018).

Os/as debatedores/as anti-cotas raciais utilizam como critério de afinidade ideológica narrativas fundadas apenas e somente no presente. Dentre tantos outros argumentos pouco humanizantes, firmam suas máximas na formalidade da democracia instituída há pouco mais de 30 anos na Constituição Cidadã, mas negam, com efeito, o horrendo histórico de mais de 350 anos da escravidão negra e do longo servilismo indígena e seus desdobramentos para o século XXI. De modo meio invisível, o modelo de narrativa dominante continua o modelo racista de aceitação de pessoas com base na raça. A continuidade do racismo se deu por novos caminhos em consequência da escravidão, a saber, a eugenia e o higienismo. Esses conceitos trabalhados na ciência do século XIX acionaram também outros procedimentos ideológicos no âmbito político e cultural, tais como, embranquecimento racial, racismo estrutural, racismo epistêmico e racismo institucional (BENTO, 2022; THEODORO, 2022).

O racismo se expressa até mesmo por meio de narrativas aparentemente não racistas, sobretudo quando sufocam a questão racial – e as cotas raciais, por exemplo – em virtude da generalização dos problemas de desigualdades que dão foco apenas na questão social (THEODORO, 2022). Destacamos ainda que, as *fake news* atuam como uma ferramenta que incrementa na manipulação das informações e na criação de inverdades não apenas a formação de ideologias, mas, sobretudo, o condicionamento e/ou apoio das massas à tomada de decisões importantes, tais como: o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff; a prisão arbitrária do ex-presidente Lula; a definição do resultado das eleições presidenciais de 2018; e o jogo político no trânsito dos interesses governamentais acerca da vacina contra a Covid 19. É dessa forma que narrativas hegemônicas vão dominando a sociedade por meio da cultura e da educação, causando base para arregimentação da massa em ideologias racistas – para manutenção de privilégios de classes hegemônicas (THEODORO, 2022; BENTO, 2022).

Consideramos a responsabilidade de atrocidades sobre os discursos do senso comum apenas a porção que lhe é devida. Os agentes públicos, empresários e, sobretudo, as instituições de tomadas de decisão do Poder Público corroboraram e/ou se omitiram diante de crimes graves (ALMEIDA, 2019). Reconhecemos que na figura do Estado perdura uma velha prerrogativa oficializada de favorecimento para a perpetuação do poder hegemônico. É neste sentido que a eugenia e a higienização são outras faces ocultas do racismo estrutural promovidos pelo Estado (THEODORO, 2022). Portanto, o que a sociedade pensa ou cultiva não é um fato isolado, mas desdobramentos de um projeto estatal de poder, em que somente as pessoas brancas são parte de um grupo elitista repleto de privilégios – interessante que “nem todos os privilegiados se reconhecem como parte de um grupo que traz em sua história a expropriação de outros grupos” (BENTO, 2022, p.120), em geral justificam seus privilégios como mérito.

Assim como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – que obrigam o ensino de cultura e história africana, afrobrasileira e indígena na Educação Básica – as cotas raciais de ingresso nas universidades públicas (Lei 12.711/2012) e as cotas raciais de ingresso no serviço público federal (Lei 12.990/2014) são constantemente vilipendiadas, seja pelo Estado, por seus agentes públicos ou pela sociedade civil. Mas as violações e retiradas de direitos são escamoteadas nos discursos adocicados, nas ações inoperantes e no boicote porque o rechaçamento às políticas afirmativas opera por “acordos tácitos, como pactos não verbalizados, não formalizados. Pactos feitos para manter em situação de privilégios, higienizados da usurpação que os constituiu” (BENTO, 2022, p. 120).

Quando pensamos no Estado como um horizonte de direitos às minorias, o compreendemos também como um instrumento em disputa em que grupos hegemônicos neoliberais e supremacistas sempre procuram privatizá-lo e condicioná-lo ao seu antro de poder, uma vez que ele deveria ser instrumento de equilíbrio entre os segmentos da sociedade (ALMEIDA, 2021). Nas palavras da psicóloga organizacional afro-brasileira, Cida Bento (2022, p. 113) “múltiplas instituições, como empresas midiáticas, do Executivo e do Legislativo, são apoio fundamental para a instauração dos regimes violentos e totalitários, como pudemos ver sucessivos golpes vivenciados no mundo e no Brasil”. Nesse sentido que, ao lado de grupos e segmentos hegemônicos, o Estado sempre concorre como violador de direitos e agência de omissões e negligências.

Nessa primeira parte falamos sobre como as narrativas hegemônicas contribuem para operacionalizar o racismo e a branquitude num cenário em que os direitos não estão plenamente garantidos. Interessante

observar que a narrativa hegemônica também se faz de silêncio, sobretudo, por parte da branquitude, “enfim, as relações de dominação têm muitas facetas, e uma parte expressiva delas, às vezes a mais relevante, fica encoberta, silenciada” (BENTO, 2022, p. 60). O silêncio inclui o não saber e o não querer saber sobre a questão racial (ALVES, 2022).

Este artigo reúne fundamentos conceituais e teóricos sobre o racismo estrutural através do levantamento bibliográfico feito acerca da eugenia e da higienização no Brasil Colônia, Império e República. Apresentamos os núdulos da história em que a educação escolar foi, e ainda é para todos os fins, principal instrumento de execução do racismo estrutural e institucional. “O racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado” (BENTO, 2022, p. 78).

As condições gerais

O sistema de colonato no Brasil formou grandes regiões de imigrantes europeus no campo, mas as cidades também ganharam forte impulso de imigração europeia após a abolição da escravidão. Conforme Rodrigo Silva (2018), em São Paulo, o estado mais populoso do país, no final do século XIX “mais de 50% da população era de estrangeiros e este número continuava a subir até o início da guerra, em 1914” (p. 72). O projeto de branqueamento da população consistia em trazer para o país mais pessoas brancas, letradas e com boas condições de empregabilidade. A abolição da escravidão simplesmente retirou os/as negros/as da condição de trabalho escravo, e os/as relegou a invisibilidade, os deixando à mercê da própria sorte em todos os aspectos, como por exemplo, falta de amparo na saúde, na educação, para o emprego/renda e moradia.

O fato é que imbuído desse pensamento depreciativo do negro junto da possível falta de mão de obra escrava, a presença do imigrante na cidade começou a ser encarada como um passaporte para o progresso. Sob a ideia de regeneração da raça, o incentivo ao imigrante ganhou maior importância no final do XIX. Tido como o salvador no imaginário da elite paulista, o imigrante europeu poria fim na população negra, branqueando a população e aniquilando seus vícios. Sua vinda também acabaria com o risco de uma insurreição nos moldes de São Domingos (SILVA, 2018, p. 78).

O aniquilamento dos vícios significa literalmente ainda hoje faxina social através do aniquilamento da população negra (NASCIMENTO, 2016; CARNEIRO, 2005). Conforme os dados anuais do Mapa da Violência publicados pelo IPEA, a taxa de homicídio contra a população negra é alarmante, as vítimas são especialmente

a juventude negra. Aniquilamento/genocídio que opera também na violência contra as minorias étnico-raciais nos aspectos cultural, espiritual e epistêmico. Conforme Abdias Nascimento (2016), o genocídio da população negra, especialmente a juventude, é a continuidade do projeto de branqueamento eugenista e higienista do Brasil.

Compreendemos que o aniquilamento e o banimento da população negra da categoria de sujeitos de direitos sempre foram publicamente deliberados pelo Estado, portanto, as cotas raciais como políticas públicas afirmativas é o mínimo que o Estado pode fazer para fins de reparação histórica, moral, legal e humana. Conforme Nei Lopes, esta ação eugênica e higienista do Estado inclusive era proclamada e aclamada publicamente por homens da ciência, a exemplo de Nina Rodrigues que disse que “a raça negra no Brasil (...) há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (LOPES, 2008, p. 2004). Dentre outras pessoas e instituições públicas e privadas das mais diversas áreas, tais como da literatura, da imprensa, da saúde, da religião, deputados, senadores e ministros de Estado debatiam constantemente sobre como impedir a imigração de mais negros para o Brasil, através de projetos do Legislativo – que visavam proibir “a entrada de colonos da raça preta no Brasil” (*Ibid.*, p. 205), assim como proibia o acesso dos negros à educação. Destacamos a fala do jurista Oliveira Vianna sobre este assunto:

Consultado sobre o projeto, Oliveira Vianna afirmou: “também sou contra a imigração de quaisquer outras raças que não as raças brancas da Europa [...]. Devemos muito ao negro, mas, sem dúvida, teria sido infinitamente melhor que eles não se tivessem constituído num dos grandes fatores da formação da nossa nacionalidade” (LOPES, 2008, p. 205).

Portanto, o projeto de embranquecimento racial teve total empenho do Estado brasileiro porque visava também continuar a massacrar os negros de outra forma além da escravidão, e ao mesmo tempo deu e dá continuidade ao sistema de privilégios dos brancos. Nos projetos ditos de “modernização” do país estava implícito que o “progresso” era para o rico e a “ordem” para o pobre (THEODORO, 2022), pois eles tinham como carro-chefe a educação como meio de civilizar a massa e no mesmo ínterim garantir direitos e privilégios a grupos elitistas (SILVA, 2018).

O Brasil moderno: o projeto de uma nação higienizada e branca

Constituído como uma colônia de exploração submetida a Portugal, toda e qualquer riqueza que no Brasil fosse produzida estava sob determinação e domínio de sua metrópole. Esse modo de produção garantiu às classes dominantes da metrópole uma vida de muita

riqueza e ostentação. O Brasil Colônia estava inteiramente ligado à expansão comercial europeia, que foi condição para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para Antunes (2012, p.46):

Deve-se entender que o período colonial no Brasil está articulado à expansão comercial europeia, uma das condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mais especificamente, o Brasil, sob o domínio dos portugueses, constituiu-se como colônia de exploração. A espoliação das riquezas coloniais baseava-se no monopólio da metrópole, que determinava o que deveria ser produzido, a maneira de fazê-lo e a apropriação de seus produtos. A imensa riqueza obtida pela força de trabalho escrava na agricultura (baseada em latifúndios) ou na mineração garantiu às classes dominantes das metrópoles uma vida de luxo e opulência.

Para que o funcionamento da empresa colonial fosse garantido, a metrópole precisou de um enorme aparato repressivo, tanto para conter as inúmeras revoltas de mulheres e homens escravizados, como também para defender seu território de ataques por outros países europeus. Aliado a essa repressão foi preciso, ainda, estabelecer um forte aparato de ordem ideológica, com o objetivo de impor, manter e transmitir ideologias que justificassem e dessem legitimidade para a exploração colonial (ANTUNES, 2012). Por isso a educação serviu e ainda serve, em certa medida, como um ancoradouro de racismos epistêmico, institucional e cultural (ALVES, 2022).

Como uma pedagogia de controle, de embranquecimento, de desafricanização e de desindigenização, vários jesuítas se empenharam na produção e difusão de conhecimentos, que se entrelaçaram com os primórdios da educação no Brasil, mais especificamente na educação dos filhos de colonos portugueses, preparando-os para a continuidade dos estudos na metrópole, e também com a catequese e educação das primeiras letras para os indígenas, que se materializava em uma pedagogia repressiva com bases no castigo, controle e disciplina. Antunes (2012, p.47) afirma que:

A mais conhecida tarefa jesuítica no Brasil, porém, relaciona-se com a educação, mais precisamente, com a educação dos filhos dos colonos portugueses, com base em seu programa de estudos, o *Ratio Studiorum*, que tinha a finalidade de prepará-los para o seguimento dos estudos na metrópole, e a educação elementar e a catequese para os filhos dos nativos da terra.

No início do século XIX com o fim da condição de colônia portuguesa, a realidade no Brasil passa por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Dentre essas transformações, ocorreu a necessária formação de um aparato administrativo, este totalmente entrelaçado com preocupações sobre o ensino e a educação. Essa administração, conforme Antunes (2012),

se constituiu nos núcleos urbanos com a instalação de instituições de ensino, impressão de livros, criação de cursos superiores, dentre outras ações tomadas.

As questões sociais no Brasil pós-colonial passaram então a ser o grande foco de interesse médico e pedagógico por parte dos pensadores e administradores que compunham a elite desse Brasil. Entretanto, essa preocupação não garantiu um real compromisso social com os interesses da maior parte da população brasileira, que na época se encontrava em condições sociais precárias. Segundo Antunes (2012, p. 50):

Há, nesse momento, um incremento do processo de urbanização, principalmente no Rio de Janeiro e em Salvador, caracterizado pela precariedade das condições de saneamento, o que produziu graves problemas de saúde, uma das manifestações dos profundos problemas de natureza social. As elites letradas referiam-se às imundícies físicas e morais, estas relacionadas às várias personagens urbanas, como “leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras”. Foi nessa situação que surgiu, segundo Machado, Loureiro, Luz e Muricy (1978), a Medicina social, mais preocupada com a saúde do que com a doença, com a prevenção do que com a cura, pautando-se nos ideais de normalização e higienização social, com vistas à eliminação da desordem e dos desvios, sendo proposta, nesse sentido, a higienização de hospitais, cemitérios, quartéis, bordéis, prisões, fábricas e escolas.

Com a emergente urbanização nas grandes cidades, no final do século XIX, a formação de cortiços e favelas ficaria cada vez mais presente nos arredores urbanos. Essas habitações, geralmente, eram vistas e tomadas como exemplo de centros de desordem, focos de doenças e moléstias, esconderijo de ladrões e vadios. Assim, o Estado ignora a sua responsabilidade na criação deste contexto desumano e, acima de tudo, considera essa população vulnerabilizada o grande problema social a ser enfrentado pelos pensadores, políticos e intelectuais da época. Parte-se desse pressuposto a autorização e conivência do Estado no genocídio da população negra, especialmente quando a polícia sobe os morros com espécie de mandado coletivo para matar, prender e mutilar quem quer que seja, desde que o alvo seja pessoas negras, pobres e/ou periféricas (ORTEGAL, 2019).

Conforme Antunes (2012), é nesse contexto que surge a medicina social, que se orientava por um caráter preventivo, pautada pela higienização social, que buscava a eliminação de desvios e da desordem, que para todos os efeitos, o problema do Brasil é a população preterida. A atuação da medicina, ancorada em princípios higienistas, se dirigiria aos espaços públicos, como prisões, hospitais, quartéis, fábricas e escolas.

A problemática social enfrentada pelo Brasil, aliada aos avanços da consolidação do modo de produção capitalista, se mostrou um terreno fértil para que

a psicologia, até então não consolidada como ciência, fosse utilizada e experimentada na tentativa de responder e resolver vários dos desafios colocados à época. Os saberes psicológicos produzidos no final do século XIX e início do século XX no Brasil, se apoiaram principalmente na medicina e na educação, esses saberes tiveram um grande viés excludente e elitista, porém é importante ressaltar que essa perspectiva não foi totalmente hegemônica, alguns pensadores da época se opunham à produção majoritária desses saberes psicológicos (ANTUNES, 2012).

No início do século XX o Brasil tentava se estabelecer como uma República e almejava uma estruturação elitista de povo e de nação. No decorrer das últimas décadas, a população negra, através das lutas abolicionistas, vinha obtendo importantes avanços em prol de sua libertação, e mais, com a emergente industrialização, uma grande parte da população brasileira passou a se concentrar nos grandes centros urbanos. Nas palavras de Mansanera e Silva (2000, p.117):

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país.

A industrialização como meta, e a ideia de um Brasil moderno que acompanhasse as grandes nações europeias, trouxe a necessidade de implantar e sistematizar – por meio da educação – o projeto de construção de uma “nova nação e de novos brasileiros”. Nessa perspectiva, a nova educação deveria ter uma nova conformação, uma educação que fosse moderna e à altura do projeto de país a que se pretendia alcançar (ANTUNES, 2012).

Buscando resolver o funcionamento social, que era visto como a causa de doenças, a higiene tornou-se uma “ciência social”, o que possibilitava a sua utilização para um planejamento urbano, se equiparando a demografia, a Geografia, a Estatística e a Topografia. Mansanera e Silva (2000, p.118) destacam que a higiene,

tornou-se analista das instituições; transformou o hospital em “máquina de curar”; criou o hospício como enclausuramento disciplinar do doente mental; inaugurou o espaço da hegemonia da clínica, condenando formas alternativas de cura; ofereceu um modelo de transformação à prisão e de formação à escola.

Nesse cenário os dirigentes republicanos se dedicaram à criação de estratégias para uma “nova” formação da população brasileira. Vários intelectuais, cientistas, juristas, médicos, artistas e pessoas renomadas se dedicaram a estudar e propor alternativas para que o Brasil pudesse se tornar uma nação moderna e consequentemente mais “pura”, aos olhos dos países europeus. Os cuidados com o “melhoramento da constituição étnica” da população brasileira passam a ser estudados e introduzidos no Brasil através de juristas, sociólogos, antropólogos, médicos e literatos. Mansanera e Silva (2000, p.120) observam que: “Essa preocupação apresentava cunho ideológico, pois o regime republicano enfrentava uma crise que a Eugenia, de certa forma, ajudava resolver”.

E ainda,

O regime republicano atravessava, nas duas primeiras décadas do século XX, um período de convulsões. A Abolição da Escravatura; a imigração européia; a migração dos camponeses e antigos escravos para as cidades; enfim, os efeitos econômicos da industrialização nascente agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite de dirigentes procurava justificar por todos os meios.[...] O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas, não por questões históricas ou políticas, mas - segundo eles - por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com raças inferiores tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente, nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido (COSTA, 1989, p. 82).

Os higienistas acreditavam que para solucionar os inúmeros problemas sociais enfrentados na época, deveriam tomar a eugenia como uma avalista científica, que daria rumo às investidas em busca do desenvolvimento brasileiro. A sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por iniciativa de Renato Kehl, era composta por grande parte da elite médica da cidade e em sua curta duração conseguiu mobilizar a atuação de muitos médicos que enxergavam na Eugenia a possibilidade de contribuição para combater as questões relacionadas à composição racial brasileira (MANSANERA & SILVA, 2000).

No livro *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil* (1929), Bonfim (2017, p. 169) destaca a definição dada por Renato Kehl para “Eugenia” e “Eugenismo”:

A Eugenia [...] tem por fim melhorar e proteger a espécie, pelo melhoramento e pela proteção das boas sementes e de seus portadores. Poder-se-á definir a Eugenia como sendo a ciência que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditárias do plasma germinativo. Ella corresponde à hygiene específica das células de reprodução ou hygiene da

hereditariedade [...] é a sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação às sementes, é a defesa da especie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens. Eugenismo é a aplicação prática, social e individual das medidas que correspondem para o melhoramento humano. Corresponde a Eutechnia [...] é educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte directa ou indirectamente em beneficio de sua prole.

Com a aglomeração de pessoas nas grandes cidades foi criado um ambiente “propício” para várias investigações e propostas para o enfrentamento de questões sanitárias, como: a saúde dos imigrantes, o cotidiano das cidades, questões jurídicas, o branqueamento da população ou eugenia, o trabalho, a educação, dentre outras (MANSANERA & SILVA, 2000).

Diante das necessidades que foram se constituindo, o sistema educacional brasileiro não era capaz de atender às demandas desse novo quadro social e econômico que se formava, foi preciso então pensar uma reformulação desse sistema para acompanhar tais transformações (GEBRIM, 2002).

A produção intelectual, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, chegava ao Brasil através de intercâmbios de integrantes das elites, que se formavam no exterior e retornavam ao Brasil. Assim, uma nova proposta de educação, chamada de Escola Nova, começa a ganhar força e se disseminar nos ambientes educacionais existentes na época. A Escola Nova tinha a psicologia como sua principal fundamentação, porém a psicologia não possuía no Brasil o *status* de uma ciência autônoma, desta forma a psicologia se utiliza do campo da educação como também da medicina para se autonomizar (ANTUNES, 2012).

Sobre o movimento da Escola Nova que norteou várias reformas educacionais no Brasil, Faggion e Boarini (2018, p. 1242) trazem à tona que a presença de uma “nova” pedagogia, o escolanovismo era uma expressão do pensamento liberal, pois,

Partia do princípio da igualdade de oportunidades e entendia a educação como principal responsável na garantia de condições para o desenvolvimento dos indivíduos e de suas potencialidades. O movimento em tese encontrou nos conhecimentos produzidos pela psicologia subsídios para dar explicações científicas e escamotear as desigualdades sociais.

No âmbito da educação escolar, a influência da psicologia de caráter experimental, bem como a biologia e a sociologia se destacavam no “novo” currículo das antigas “escolas normais”. Para isso, foram criados laboratórios de psicologia, tradução de obras de autores estrangeiros comprometidos com a pedagogia nova, uma ciência que proporcionaria uma nova formação teórica

e prática para os educadores. Temos então que, se por um lado, a psicologia é chamada a atuar na educação escolar, por outro, por meio desse processo, ela emerge enquanto ciência autônoma no Brasil.

Note-se que a elite brasileira pensava em um projeto de modernização do país, considerando que esse processo se articulava diretamente pela medicina e pela educação. Dessa maneira, o cenário do país naquele momento se situaria:

No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, [porque] o ideário liberal constituiu a mais importante base teórica dos intelectuais e de outros membros das camadas médias descontentes com seu alijamento do poder e de suas benesses. Foi nessa condição e articulada a esses interesses que a Psicologia teve condições para se desenvolver. Ou ainda, pode-se dizer que a Psicologia que aqui se desenvolveu esteve articulada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do País (ANTUNES, 2012, p. 54).

Com as reformas educacionais que aconteceram no início do século XX, as escolas normais passaram a ter um papel fundamental para a consolidação da psicologia como uma ciência foram nas escolas normais que a educação tomou a psicologia como a principal fonte para pensar um novo modelo de ensino (ANTUNES, 2012). Nesse sentido, os testes psicométricos, que já vinham sendo utilizados na Europa e nos Estados Unidos, passaram a ser dispostos no Brasil como instrumentos de aferição da inteligência e desenvolvimento psicológico dos alunos, bem como de racionalização da prática educativa. O uso de testes também se estenderia aos trabalhadores nas indústrias e no alistamento de soldados para o Exército.

A partir do fim da República Velha (1930), os testes psicométricos de medição da inteligência foram difundidos e aplicados em larga escala, impulsionados pelas novas necessidades do ensino escolar. Nesse sentido, já nos anos de 1930 alguns pesquisadores apontavam que a psicometria não mensurava apenas a inteligência, mas também as condições materiais e sociais de existência da criança (ANTUNES, 2012).

As expectativas de um novo ideal de população brasileira esbarravam em inúmeras questões de ordem social, como o abandono da população de ex-escravizados à própria sorte, o extermínio da juventude negra (ORTEGAL, 2019; NASCIMENTO, 2016), a crescente urbanização nas grandes cidades, o aumento do fluxo de imigrantes, o combate às epidemias que nesse período elevaram drasticamente a taxa de mortalidade infantil e, para uma grande parte da elite brasileira, a expectativa racista de branqueamento da população (BONFIM, 2017).

E nesse pano de fundo que, se por um lado havia crescentes expectativas de um Brasil próspero e mais próximo das nações europeias, por outro, os inúmeros

problemas e a enorme desigualdade social que a realidade brasileira enfrentavam, fez com que vários pensadores se dedicassem a identificar a causa dos problemas brasileiros e propor meios para enfrentá-los (BONFIM, 2017). Dentre as pessoas que tiveram influência no plano de modernização da nação brasileira estavam vários integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), criada no ano de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel.

Os estudos e cartilhas propostas por integrantes da LBHM tinham como fundamento ideais de higiene mental - incorporando, ainda, em seu estatuto - a eugenia, difundido no Brasil principalmente pelos conceitos de Renato Kehl (GÓES, 2015).

Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu no interior de São Paulo em uma família de classe média, formou-se farmacêutico no ano de 1909 e já no ano seguinte ingressou no curso de medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Bonfim (2017, p. 114) descreve Renato Kehl da seguinte maneira:

Agora estudante de medicina, teve contato com ideias de grande repercussão no meio científico daquele período, como as teorias de Lamarck, Darwin, Spencer, Agassiz, Galton e Weismann, [...] dentre as diversas influências, a teoria de Galton, sobre o melhoramento humano, e as discussões sobre raça, hereditariedade, evolução e degeneração despertaram grande interesse no jovem Renato Kehl, marcando sua trajetória profissional, bem como sua atuação pública como militante em prol da eugenia, no âmbito das discussões em torno da saúde pública e da regeneração da população brasileira, tão em voga à época.

No artigo intitulado *A Psicologia pela lente de Renato Kehl* de Faggion e Boarini (2018), as autoras apresentam o cerne do pensamento de Renato Kehl: a Eugenia e seus princípios, baseados no melhoramento físico, moral e psíquico da “raça” humana e, conseqüentemente, de suas futuras gerações. De acordo com Bonfim (2017), o termo eugenia aparece pela primeira vez no ano de 1883, na obra, *Inquiries into Human Faculty and its Development* do inglês Francis Galton, que - a saber -, era parente de Charles Darwin. A Eugenia, então, teve sua gênese e sistematização na Inglaterra, no final do século XIX, e logo foi disseminada para diversos outros países do mundo, como os Estados Unidos e o Brasil.

Ressalte-se que o movimento Eugenista no Brasil assumiu uma conformação única, marcado pelo encontro de perspectivas diferentes quanto a sua intervenção na sociedade e quanto a sua fundamentação teórica, como atenta Bonfim (2017, p. 25):

Esse Movimento constituiu-se, por um lado, sobre um terreno social e cultural ainda sensível às teorias racistas que, desde o final do século dezanove, divulgavam polêmicas interpretações

acerca da nacionalidade brasileira, ideias geralmente preconceituosas pela conotação negativa que atribuíam à mestiçagem; por outro, sob o impacto da difusão das teorias de Lamarck, já há algum tempo conhecidas no meio intelectual brasileiro, e de Mendel, novidade no campo da hereditariedade que paulatinamente fazia adeptos no Brasil.

É importante aqui explicitar que os pensadores eugênicos no Brasil não constituíam um pensamento único acerca da eugenia, muitos colocavam a higiene e a educação como pontos centrais para o desenvolvimento eugênico, porém, vários eugenistas deslocavam o centro das discussões eugênicas para as raças e a hereditariedade, como explica Bonfim (2017, p. 166):

Nesse sentido, a eugenia brasileira cerca-se de uma inescapável imprecisão, sobretudo quando se trata de aquilatar a importância da higiene e da educação na consecução dos objetivos de melhoramento humano. Em busca de uma identidade para a ciência de Galton, diversos intelectuais brasileiros procuraram defini-la à luz de teorias que explicavam a transmissão de caracteres à descendência, de maneira a assentá-la em alicerces estritamente científicos. Entre neolamarckistas e mendelistas a identidade da nova ciência era constituída de forma polisêmica, sem consenso, ora realçando-se continuidades, ora enfatizando-se rupturas como práticas e propostas já há muito consolidadas entre médicos, políticos e educadores brasileiros.

Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina, em 1928, proferiu um discurso expondo a ideia do “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. Nesse discurso pode ser observado a vinculação do melhoramento eugênico da população com as questões educacionais, seguido de uma preocupação com a higiene mental explicitada pelo combate ao alcoolismo e outras ditas “toxicomanias” (BONFIM, 2017).

Para Mansanera e Silva (2000, p. 123):

Os psiquiatras acreditavam que o Brasil se degradava moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. Assim, o alcoolismo tornou-se causa da pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo genético dos negros, por ser mais generalizada entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social, porque a população brasileira era miscigenada.

O Congresso Brasileiro de Eugenia teve na sua presidência e na secretaria geral dois dos principais pensadores da eugenia no Brasil, Renato Kehl e Roquette-Pinto, representando a diversidade do pensamento eugênico existente à época. Esses dois pensadores apresentavam uma divergência de pensamentos: Renato Kehl era adepto às ideias de inferioridade racial de mestiços, já Roquette-Pinto não identificava uma inferioridade na mestiçagem (BONFIM, 2017). Mesmo

com essas divergências, ainda assim foram formados alguns consensos nesse congresso, como a ideia de que a biologia era a principal ciência para o entendimento da eugenia, e mais, pode-se afirmar que o escopo desse evento trouxe à tona o debate sobre raça, indivíduo e meio. Nas palavras de Roquette-Pinto:

Há pessoas, no Congresso, para quem “Eugenia” é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima “higiene”. [...] Um dos contendores, por exemplo, fixa-se no ponto de vista “eugênico”; o outro se firma no lado “higiênico” de cada questão.... Eu mesmo, no posto sobremodo honroso que me colocou a confiança pessoal de Miguel Couto, procurei mostrar que é preciso não esquecer que a “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estripe”, a “raça”, a “descendência” (Roquette-Pinto, [1933] 1982, p. 43-44).

Segundo Mansanera e Silva no texto intitulado *A Influência das Ideias Higienistas no Desenvolvimento da Psicologia no Brasil* (2000), os movimentos higienista e eugenista foi tão presente no Brasil que, encontra-se na Constituição Federal de 1934 em seu artigo 138, as seguintes incumbências para União, estados e municípios: “(...). b) estimular a educação eugênica; (...). g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais” (POLETTI, 2012, p. 136).

As ideias higienistas tiveram um enorme impacto em várias áreas no Brasil, como por exemplo na medicina, nas políticas públicas, no direito, nas artes e, sobretudo, na construção do sistema de ensino público brasileiro. Para Faggion e Boarini (2018), no início do século XX, a busca pela superação dos problemas sociais que acometiam a população brasileira fez com que vários membros ativos da LBHM se dedicassem aos estudos e propostas no campo da educação e da psicologia, entendendo que ao buscarem um “ajustamento social”, os conhecimentos produzidos nessas áreas poderiam levá-los a esse objetivo.

Mansanera e Silva (2000, p. 122) registram os princípios norteadores da Liga, trazendo as ideias desse pensamento que se apresenta nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, que seriam:

- a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e, em especial, do sistema nervoso;
- b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação;
- c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles;
- d) realização de um programa de higiene mental e de eugenia no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais.

Para os higienistas, a escola além de estar a serviço

da transmissão do conhecimento, também deveria formar alunos adequados socialmente, tomando a criança como um campo de ação promissor para as desejadas adequações. Segundo Mansanera e Silva (2000, p. 124),

Era difundida a ideia de que o sistema educacional deveria aplicar os conhecimentos da Psicologia no tocante à mensuração e à verificação da capacidade mental do aluno, para que este pudesse ser mais bem atendido e melhorasse o seu rendimento escolar. Diante disso, os laboratórios de Psicologia eram muito úteis à educação, assim como os laboratórios médicos o eram para o clínico.

Na busca de se evitar as personalidades “desequilibradas” os higienistas viam na criança a possibilidade da instalação de hábitos “sadios”, intervindo na formação do psiquismo, atuando de maneira preventiva. Nesse sentido, os testes psicométricos foram difundidos e utilizados para uma mensuração e verificação da capacidade mental dos alunos, buscando assim, no atendimento a esses alunos e, conseqüentemente, os resultados desse trabalho higienista conquistariam os melhores frutos no espaço escolar, com a atuação em conjunto dos laboratórios de psicologia e dos professores. Mansanera e Silva (2000, p.125) ressaltam que:

Nessa época, o sistema de ensino, buscando a “escola nova”, acolheu iniciativas favoráveis à utilização de testes mentais nas escolas. O teste mais relevante naquele momento era o de Binet-Terman, que media o nível de inteligência intelectual do aluno. Os testes eram importantes para criar uma escala de nível mental que auxiliaria na seleção dos alunos de diversas idades, servindo para a formação de classes homogêneas do ponto de vista intelectual, pois não seria possível submeter ao mesmo plano de aula alunos de capacidade mental diversa.

Ainda conforme os autores, os higienistas também questionavam se era válido os esforços empreendidos para uma educação de crianças denominadas como “alunos-problemas”, os “alunos com dificuldade de aprendizagem”, os “alunos lerdinhos”, dentre outros. Interessante observar que a objetividade dos testes contribuiu com os dispositivos racistas – uma vez que os resultados escamoteavam muitos problemas de desempenho escolar ignorando que a raiz era racial, social e política, mas não cognitiva.

De maneira geral, percebe-se que os ideais eugênicos no Brasil não tiveram adesão que a LBHM esperava. Mas é possível afirmar que houve uma influência a ser considerada na cultura social. Por isso, é importante trazer à tona o pensamento eugênico que começou a circular no Brasil nos anos de 1920 e 1930. Vimos com frequência, seja por desconhecimento, ou por ignorância, uma negação das práticas e ideias eugênicas que se perpetuaram no Brasil, trazendo efeitos e danos

consideráveis na formação da identidade do povo brasileiro. Nesse sentido, quando observamos a história da educação juntamente com a história da psicologia no Brasil, percebemos que os estudos e pesquisas realizados acerca do desenvolvimento das teorias e práticas eugenistas mostram como os princípios da eugenia e da higiene se fizeram presentes na educação escolar, especialmente nas décadas de 1920 e 1930.

Conforme aponta Souza (2016), associar a “eugenia latina” a um modelo mais brando do ideal eugênico pode ocultar a grande adesão de pesquisadores brasileiros ao racismo científico e aos programas radicais de intervenção eugênica, programas como esterilização eugênica e políticas de segregação racial. Com isso, não se pretende aqui desconsiderar as especificidades e peculiaridades do pensamento eugênico, tanto na América Latina quanto no Brasil. Nesse aspecto, Souza (2016, p. 96) destaca ainda que:

Na América Latina, o Brasil não apenas foi o país que primeiro desenvolveu seu movimento eugênico, como também foi o que reuniu o maior número de adeptos e o que mais sucesso teve no processo de institucionalização da eugenia. Basta lembrar que a primeira sociedade eugênica criada pelos brasileiros, a Sociedade Eugênica de São Paulo, foi fundada ainda nos anos 1910 e contou com nada menos que 140 membros, a maioria formada pela elite médica do país. Entre os seus integrantes estavam figuras prestigiadas como Afrânio Peixoto, Arthur Neiva, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo, Fernando Azevedo e Belisário Penna, além de escritores como Monteiro Lobato e o influente senador Alfredo Ellis.

As características mencionadas foram e continuam sendo suplantadas, em certa medida, por uma perspectiva dominante do pensamento eugênico de origem predominantemente europeia. O histórico de negligência em relação à eugenia na América Latina é uma parte evidente do desinteresse mais amplo pela história intelectual e cultural da região, que frequentemente é retratada como desconectada ou uma mera reprodução do pensamento europeu. A tendência eurocêntrica na história das ideias é ainda mais pronunciada no campo científico. A América Latina quando não é completamente ignorada, é frequentemente retratada não como uma contribuidora, mas como uma consumidora passiva de ideias (STEPAN, 2005) hegemônicas e colonialistas.

Os preceitos higienistas e eugênicos se fizeram presentes em vários âmbitos e até mesmo na Constituição Brasileira, como já mencionado. Vimos que as ideias do pensamento eugênico e higienista no Brasil penetraram na educação, e nesse sentido é importante examinar como isso aconteceu em uma determinada época. No início do século XX acompanhamos o movimento de intelectuais e pertencentes da “elite” pensando e formulando um ideal de população e de identidade brasileira.

Esse ideal de povo, como foi dito, passava necessariamente pela medicina e pela educação. A elite branca pensou um país apenas para a população branca.

Em resumo: o processo de autonomização e consolidação da psicologia no Brasil contou com a presença do movimento higienista e eugênico. Na verdade, esses movimentos atuaram concretamente, apoiados por médicos e sanitaristas, tendo espaço e influência na psicologia brasileira e, por consequência, na educação escolar.

Considerações finais

Vimos como o Brasil, um país alicerçado no colonialismo europeu, a partir do início do século XX e, principalmente após a década de 1920, foi empurrado, frente aos numerosos conflitos sociais, a pensar e traçar estratégias para constituir um ideal de povo que representasse os anseios de uma elite intelectual atravessada pelo pensamento liberal, cientificista e eugenista da época. Por estas razões, o projeto de branqueamento racial, concomitantemente com o genocídio da população negra, tem bases governamentais – e por isso ainda vigoram e reverberam na contemporaneidade inúmeros desafios para a implementação de fato de uma conduta reparatória e de uma educação antirracista no país, pois o epistemicídio (CARNEIRO, 2005) é também um modo de atuação em que os corpos, os saberes, as epistemes não eurocêtricas são subalternizadas e desprezadas no campo do conhecimento brasileiro (ALVES, 2022; ORTEGAL, 2019).

Pudemos constatar que, na ânsia de se estabelecer como uma República nos moldes europeus, os dirigentes republicanos demonstraram e fomentaram ações que buscavam o controle higiênico de grande parte da população brasileira, porque esta parcela social era composta majoritariamente por analfabetos, pobres, negras e negros livres e ex-escravizadas/os.

O grande aspecto cultural brasileiro de não causar alvoroço em público, mais conhecido como “cordialidade”, conforme Sérgio Buarque de Holanda (1995) não se trata de um padrão de civilidade e polidez, mas sim de uma espécie de invólucro para o fortalecimento da intimidade no convívio social e do fortalecimento de vínculos sociais. A cordialidade dos brasileiros expressa para os estrangeiros a aparência de um povo pacífico, acolhedor, tolerante, porém, as:

(...) formas da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo (HOLANDA, 1995, p. 147, com grifo nosso).

A cultura do Brasil é cordial também quando o

assunto é questão racial. Na espontaneidade das emoções nas rodas sociais, expressa-se as várias faces do racismo, do machismo, da homofobia, da intolerância, pois, o tom de brincadeira do algoz atenua os efeitos nocivos das violências impetradas contra a vítima ao mesmo passo que confirma e pacifica o deliberado discurso oculto da humilhação socialmente aceita – impondo a reboque a culpa do sofrimento à própria vítima, pois o “homem cordial”, hoje “cidadão de bem”, não assume o seu racismo.

Alongando *ad eternum*, a educação pensada para o Brasil foi apenas o meio para a consolidação de um modelo cultural estrangeiro ao próprio país – que, dominado e conduzido por estrangeiros para a dominação dos nacionais segue fiel aos projetos de nação instituídos pelo Estado (branqueamento da nação e aniquilamento dos indesejáveis). O Estado brasileiro, de cultura e pensamento sempre alienado, é fundado em matrizes eurocêntricas, ou seja, ibérica e lusitana, e por isso é insuficientemente quando se refere à América (HOLANDA, 1995). Nosso país estruturalmente coexiste com a permissividade da cordialidade cultural, porque no âmbito da ciência as narrativas de poder obedecem às mesmas regras de supremacia de privilégios da branquitude diante de violações de direitos cometidos contra não-brancos (ALVES, 2022).

Todos nós precisamos, com efeito, romper com a lógica de dominação eurocêntrica para superarmos os binarismos que dividem, classificam, hierarquizam e subalternizam os demais grupos, segmentos, povos, identidades, etnias, raças, sexos, gêneros, crenças e culturas. A educação e o Estado precisam ser reordenados para a emancipação do colonialismo, do racismo e do imperialismo, pois só assim, ideais de igualdade, reparação, justiça e equidade poderão começar a fazer sentido e a ter efeito na sociedade. Por conta da educação racista, a sociedade é racista. Porém os movimentos negros e diversos/as intelectuais, ativistas já começam a modificar substancialmente esse cenário – devido ao acúmulo insurgente de destacadas táticas de luta por direitos.

Eivada de precarização, inferimos, portanto, que a educação é uma das áreas que mais tem praticado racismo institucional porque ela, perfilando nos antigos ideais de higienismo, comete racismo epistêmico e estrutural na seleção e transmissão do conhecimento com base nos

valores de um grupo hegemônico, branco, patriarcal, rico e cristão. A educação que esteve desde a sua institucionalização no Brasil a serviço do plano eugênico de branqueamento da população e do plano higienista de extermínio da população negra, precisa compreender que a precarização laboral, trabalhista, pedagógica e intelectual da profissão representa o sucesso destes projetos de manutenção de privilégios da branquitude e de cerceamento de direitos de não-brancos. A regra é privatizar a educação para torná-la não só um negócio lucrativo, mas um produto exclusivo de prestígio para garantir privilégios de grupos dominantes. Com efeito:

Não é apenas por atos discriminatórios que se verifica se uma instituição é racista, mas também por taxas, números de profissionais, prestadores de serviços, lideranças e parceiros com o perfil monolítico, em que não se vê diversidade. Nas escolas, por exemplo, sempre professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos político-pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude. É na organização da instituição [escolar], ao longo da história, que se constrói a estrutura racista (BENTO, 2022, p. 77-78).

A nossa luta por emancipação é contra o sistema que perpetua o racismo estrutural e institucional que subjuga não apenas negros, mas todas as demais minorias sociais. O dever ético da nossa profissão do magistério urge por uma educação antirracista, anti-machista, anti-lgbtfóbica, anti-classista, cuja realização emana do ato de educar de todo/a professor/a, e não apenas daqueles afetos aos temas e/ou vivenciadores destes marcadores sociais – culturalmente estigmatizados.

Pensando nesse aspecto, um dos autores observou que a pauta antirracista na Educação Básica pública do Distrito Federal sempre gravita dicotomicamente entre discussão teórica e didática como principal dificuldade em se fazer uma educação antirracista de fato. Por essas razões, juntamente com mais duas professoras, eles publicaram um caderno prático de educação antirracista (ALVES, MACEDO & CARDOSO, 2022) e realizam pelo SINPRO-DF seminários mensais sobre a pauta.

Nossa palavra não é a última. Esperamos que a abordagem aqui feita possa abrir rodas de conversas para ampliar o debate. Não objetivamos encerrar o assunto aqui apresentado, mas sim fortalecer e divulgar tópicos urgentes da pauta racial. ■

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALVES, Adeir Ferreira. **Conhecimento, crenças e questão racial no Brasil**: reflexões sobre antigos saberes na nova academia. Pelotas: Norus-Novos Rumos Sociológicos, 2022.

ALVES, Adeir Ferreira; MACEDO, Aldenora Conceição; CARDOSO, Elna Dias. **É preciso ser antirracista**: caderno de apoio para práticas pedagógicas de enfrentamento e combate ao racismo na escola: Implementando a Lei 10.639 de 2003. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 2022. 128p.

- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil**: um ensaio sobre suas contradições. Psicologia. Ciência e Profissão, São Paulo, n. 32, p. 44-65, 2012.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- DIP, Andrea. **Em nome de quem?** a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FAGGION, Melline Ortega; BOARINI, Maria Lucia. **A Psicologia pela lente de Renato Kehl**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1239-1256, 2018.
- GEBRIM, Virginia Sales. **Psicologia e educação no Brasil**: uma história contada pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- GÓES, Weber. Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Burarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2008.
- MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.5, n. 1, p. 115-137, 2000.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. **Atos de resistência**: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio. Brasília, 2019. Tese de doutorado em Política Social, Universidade de Brasília, 155p.
- POLETTI, Ronaldo. **Constituições brasileiras**: 1934. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y>. Acesso em: 2 dez. 2020
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- SILVA, Rodrigo Pereira dos Anjos da. **Do imigrante ao nacional regenerado: a busca pelo trabalhador perfeito na cidade de São Paulo no início do XX**. Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 71-85, Ago. 2018.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais**: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquete-Pinto, 1920-1930. História, Ciência, Saúde, Manguinhos, v. 23, p. 93-110, 2016.
- STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. FIOCRUZ, 2005.
- THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.